

tos materialmente relevantes, a posição financeira da Totta-Crédito Especializado — Instituição Financeira de Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 3).

4 — O balanço da sociedade em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos para o exercício então findo são apresentados de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. O nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Santander Central Hispano-Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., do exercício de 2002, datado de 21 de Janeiro de 2003, foi emitido sem reservas e com uma ênfase sobre o projecto de fusão da sociedade. Como resultado da fusão, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 não são comparáveis com as do exercício anterior, dado a Sociedade ter incorporado a Santander Central Hispano-Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A., a Santander Central Hispano-SFAC — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A. e a Santander Central Hispano-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A., a qual produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2003.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2004. — O Auditor, *Deloitte*.

Acta n.º 6 da assembleia geral

No dia 31 de Março de 2004, pelas 14 horas, na sua sede social, sita na Rua da Mesquita, 6, em Lisboa, realizou-se a assembleia geral da Totta — Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S. A., pessoa colectiva n.º 502598042, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 7976, com o capital social de 34 562 675 euros.

Assumiu a presidência da mesa o presidente eleito, Dr. António Miguel Leonetti Terra da Motta, secretariada pela Dr.ª Cláudia Cristina São José Ferreira Madaleno Paula, secretária suplente da sociedade.

Encontravam-se devidamente representados os accionistas Santander Gestão de Activos — SGPS, S. A., pelo Dr. Pedro Aires Coruche Castro e Almeida, o Banco Santander Portugal, S. A. e Banco Totta & Açores, S. A., pelo Dr. José Benigno Perez Rico e Foggia — SGPS, S. A., pelo Dr. Miguel de Campos Pereira de Bragança, através de cartas que, nos termos da lei, ficam arquivadas na sociedade.

Atendendo a que a reunião não havia sido precedida das formalidades legais exigidas para a sua convocação e a que estava reunida a totalidade do capital social, foi pelos representantes dos accionistas manifestada a vontade de se constituir em assembleia geral e deliberar conforme o previsto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, o que foi aceite, por unanimidade, e que a Assembleia deliberasse sobre a seguinte ordem do dia:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4.º Proceder à eleição dos órgãos sociais para o mandato de 2004.

Entrando no ponto 1.º da ordem de trabalhos, o presidente da mesa, deu a palavra ao presidente do conselho de administração, o qual procedeu à apresentação, em linhas gerais, do relatório de gestão e das contas do exercício findo, tendo prestado todos os esclarecimentos solicitados.

O presidente da mesa submeteu, então, à votação os documentos em apreciação, tendo sido aprovado por unanimidade o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, estas reflectidas nas peças do balanço, demonstração de resultados e anexos.

O presidente da mesa passou, de seguida, ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, tendo posto à votação a proposta do conselho de administração que é do seguinte teor:

Nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em atenção o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o conselho de administração propõe à assembleia geral a seguinte aplicação de resultados do exercício de 13 722 227,16 euros:

Reserva legal	1 372 222,72
Reserva livre	12 350 004,44

A proposta submetida à votação foi aprovada por unanimidade. Seguidamente, e no âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade, um voto de louvor e confiança ao conselho de administração e ao órgão de fiscalização.

Entrando-se no ponto 4.º da ordem de trabalhos, o presidente da mesa da assembleia geral leu o teor da proposta apresentada para a composição dos órgãos sociais para o mandato de 2004:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: António Miguel Leonetti Terra da Motta.

Secretário: Cláudia Cristina São José Ferreira Madaleno Paula.

Conselho de administração:

Presidente: José Benigno Perez Rico.

Vogais:

Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha.

António Alberto da Silva Carneiro.

António Luís Rodrigues Seixas.

António Paulo de Oliveira Lourenço.

Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva.

Frederico José Bastos Saragoça.

Gisela Maria Lopes Guerreiro Fernandes.

Henrique Salema de Carvalho e Silva.

José Carlos da Conceição Ribeiro.

Jorge Manuel Marques Mogo.

José Manuel Neves.

José Luís Alvim Marinho.

José Urgel de Moura Leite Maia.

Luís Henrique Silva Pinheiro dos Santos.

Fiscal único:

Efectivo: Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Amoreiras, torre 1, 7.º, Lisboa, representada por Maria Augusta Cardador Francisco.

Suplente: Freire, Loureiro e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Amoreiras, torre 1, 7.º, Lisboa, representada por Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

Comissão de vencimentos:

Presidente: Banco Santander Portugal, S. A., representado por António Mota de Sousa Horta Osório;

Vogais:

Foggia — SGPS, S. A., representado por Nuno Manuel da Silva Amado; Santander Gestão de Activos — SGPS, S. A., representado por Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Foi ainda deliberado que os membros do conselho de administração ora eleitos ficam dispensados da prestação de caução.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas 14 horas e 45 minutos, sendo lavrada a presente acta que, estando conforme, é assinada pelo presidente da mesa e pela secretária suplente da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: António Miguel Leonetti Terra da Motta, presidente — Cláudia Cristina São José Ferreira Madaleno Paula, secretária suplente.

2004318627

PORTO

PORTO — 2.ª SECÇÃO

PÚBLICO — COMUNICAÇÃO SOCIAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matricula n.º 46 051/891227; identificação de pessoa colectiva n.º 502265094; inscrição n.º 21; número e data da apresentação: 52/27 de Abril de 1995; pasta n.º 778.

Maria Goretti Correia Varajão, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifica, que foram apresentados os documentos da prestação de contas do ano de exercício de 1994, da sociedade em epígrafe.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção), 12 de Junho de 1996. — A Ajudante, *Maria Lopes de Oliveira*.

Relatório e contas de 1994

Relatório do conselho geral

Nos termos do artigo 441.º das Sociedades Anónimas e do estatuto social da Público — Comunicação Social, S. A., cumpre-nos apresentar o relatório deste conselho geral referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1994.

Nos termos legais e estatutários, o conselho geral acompanhou a actividade desenvolvida pela sociedade, quer em sessões plenárias, quer através das suas comissões.

O relatório e contas apresentados pela direcção reflectem adequadamente a posição da Público — Comunicação social, S. A., e do jornal que produz, reconhecido como segura referência na formação de opinião. O conselho geral seguiu e registou com agrado a evolução dos métodos de gestão, traduzida em final de exercício pelos resultados conseguidos num enquadramento desfavorável, que já transitou do ano anterior e não se alterou significativamente até final do ano.

Tendo presente o teor da certificação legal de contas, as informações recebidas da direcção e as análises a que procedeu, o conselho geral deliberou por unanimidade:

a) Aprovar sem reservas o relatório e contas, tal como apresentados pela direcção;

b) Apoiar a proposta da direcção de fazer transitar os resultados para a conta de resultados transitados.

O conselho geral manifesta o seu apreço à direcção e agradecimento pela forma como cooperou com este conselho geral e felicita os trabalhadores da sociedade pelo seu contributo para a valorização da empresa e do jornal.

Porto, 20 de Fevereiro de 1995. — O Conselho Geral: *António Carlos Vaz Pinto de Sousa*, presidente — *André Roberto Delauney Gonçalves Pereira* — *Hernâni Olimpio Carqueja* — *Rui Manuel Campos Guimarães* — *Javier Díez de Polanco* — *Sérgio Cellini* — *Juan Luís Cebrian*.

Relatório da direcção

Nos termos da lei e de acordo com os nossos estatutos, submetemos à apreciação do conselho geral o relatório e contas referentes ao exercício de 1994.

1 — Introdução

1.1 — Envolvente económica

A evolução da economia portuguesa conheceu em 1994 uma lenta inversão das tendências negativas que se desenharam no ano anterior, tendo sido marcada pelo regresso a um crescimento positivo do produto interno.

Mesmo se compensada, de algum modo, pela confirmação da trajectória de convergência nominal com a União Europeia, através da redução sustentada da taxa de inflação, outros indicadores económicos fundamentais para o comportamento dos agentes económicos conheceram uma evolução mista que só no final do ano se firmou como positiva.

Mais preocupante foi o comportamento do investimento privado, a evolução do desemprego e do consumo privado, todos eles prolongando a tendência negativa que já tinham conhecido em 1993.

A evolução verificada afectou, naturalmente, o sector de actividade em que nos enquadrámos — em particular pelos efeitos combinados da diminuição do poder de compra, das reduções no investimento produtivo e do aumento do desemprego.

Sem prejuízo de reafirmarmos a nossa convicção de que a manutenção das tendências de convergência real e nominal entre a economia portuguesa e a comunitária (e as correspondentes consequências no comportamento dos agentes económicos e sociais), contribuem para melhorar a envolvente global da nossa actividade no médio prazo, as referidas tendências negativas levam-nos a encarar com prudência o desenvolvimento das condicionantes externas do sector da comunicação social no curto prazo.

1.2 — Evolução do sector

As repercussões da envolvente económica no sector da comunicação social afectaram predominantemente, em 1994:

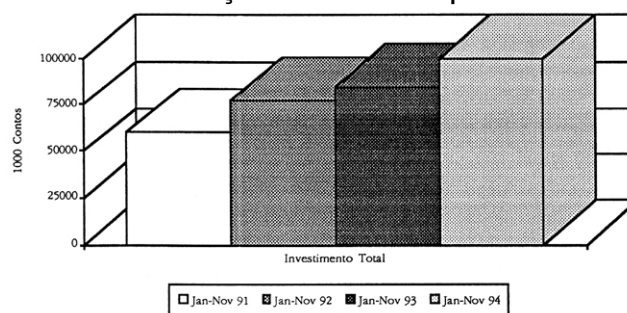
O comportamento do investimento publicitário que, para além de ter sido negativamente influenciado pela conjuntura económica e social, manteve o processo de concentração na televisão;

A evolução — no que respeita à imprensa — da circulação, que acompanhou o comportamento do consumo privado e foi negativamente influenciada pelos meios de comunicação social cujo acesso é gratuito.

A quantificação destas tendências pode ser explicitada através dos gráficos seguintes.

A evolução do mercado publicitário entre períodos homólogos de 1991 a 1994 (avaliada pela Sabatina) apresenta, como se pode verificar no gráfico 1, uma tendência regularmente crescente. Deverá ter-se todavia em conta que esta avaliação corresponde a aplicar as tabelas de publicidade de cada meio ao espaço ou tempo ocupados — o que, obviamente, não tem em conta descontos praticados nem outras negociações efectuadas.

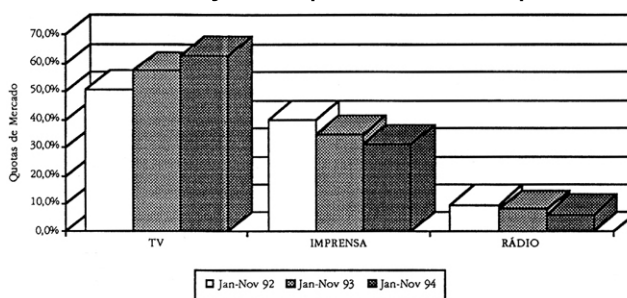
Gráfico 1 — Evolução do investimento publicitário total



Fonte. — Sabatina.

A repartição deste investimento por meio, de acordo com a Sabatina e para períodos homólogos de 1992 a 1994, é apresentada no gráfico 2 — onde se verifica com clareza o crescimento relativo da televisão, em prejuízo dos restantes meios.

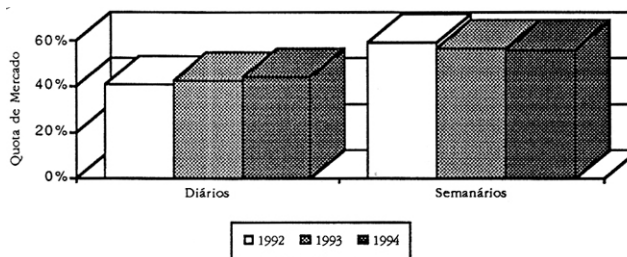
Gráfico 2 — Evolução das quotas do mercado publicitário



Fonte. — Sabatina.

Sem prejuízo das repercussões da concentração crescente dos investimentos publicitários na televisão, é também relevante verificar — como mostra o gráfico 3 — que, na imprensa, os diários vêm ganhando quotas de mercado aos semanários.

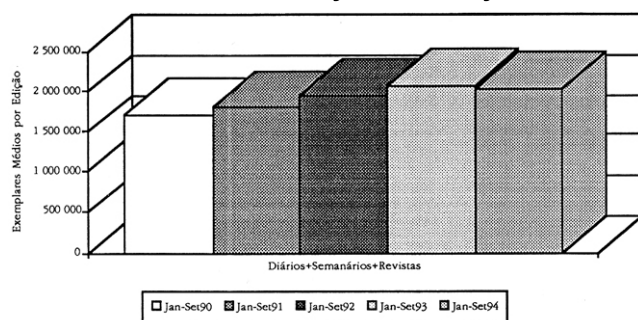
Gráfico 3 — Evolução das quotas do mercado publicitário dos diários e semanários



Fonte. — Marktest-Publitéx.

No que respeita à circulação (e pesem também as características específicas da informação disponível que, neste caso, correspondem a apenas considerar os membros da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem), a evolução do mercado (o mercado aqui considerado corresponde aos diários *Público*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e, a partir de 1993, *Diário de Notícias*; aos semanários *Expresso*, *O Independente* e *Semanário*; e às revistas *AutoHoje*, *AutoMotor*, *AutoSport*, *Elle*, *Exame*, *Grande Reportagem*, *Guia*, *Guia do Automóvel*, *Maria*, *Máxima*, *Mulher Moderna*, *Nova Gente*, *Seleções do Reader's Digest*, *TVGuia*, *TV Mais*, *TV 7 Dias*, *Valor* e *Visão*) é apresentada no gráfico 4 — onde é patente a redução do mercado da circulação em 1994.

Gráfico 4 — Evolução da circulação

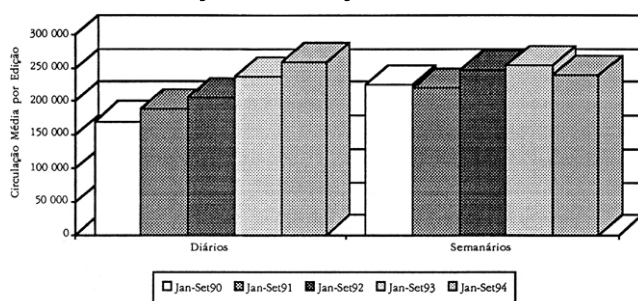


Fonte. — APCT.

A repartição entre diários e semanários, que para a nossa actividade tem particular relevância, é apresentada no gráfico 5.

Esta informação ilustra, com clareza, a implantação crescente e sustentada dos diários e a relativa sinuosidade que tem marcado a circulação dos semanários, que em 1994 verificam tanto uma redução da circulação relativamente ao ano anterior como um volume global de exemplares em circulação inferior aos jornais diários.

Gráfico 5 — Evolução da circulação dos diários e semanários



Fonte. — APCT.

Deverá finalmente salientar-se que a dinâmica do mercado publicitário em 1994 acentuou as consequências de natureza qualitativa já constatadas no ano anterior:

O processo de concentração da compra do espaço e do tempo publicitários continuou a desenvolver-se, com agravamento das condições comerciais e financeiras praticadas, e com maior transferência para os clientes finais das condições contratadas;

A acentuação da concorrência na televisão, articulada com as necessidades financeiras e de tesouraria dos novos canais privados e com um maior controlo do financiamento governamental dos canais públicos, contribuíram para degradar as condições comerciais e financeiras da venda do tempo publicitário, num processo que também se repercutiu na imprensa e na rádio.

2 — Relatório de exploração

2.1 — O mercado e as vendas

As informações sobre a evolução do investimento publicitário nos diários e semanários entre 1993 e 1994 revelam — salvaguardadas as diferenças dos conceitos utilizados pela Marktest-Publitéx e pela Sabatina — um crescimento do mercado, embora a níveis inferiores ao da inflação.

É de qualquer modo inequívoco que esta evolução foi significativamente mais negativa para os semanários, que vêm reduzida, em qualquer das fontes de informação utilizadas, o correspondente montante global dos investimentos publicitários. No que respeita aos diários, a variação entre 1993 e 1994 é consistentemente positiva, conhecendo nesse período um diferencial de cerca de +9%.

Neste contexto, a posição relativa do *Público* — que se apresenta no quadro 1 — revela um comportamento melhor que o do mercado.

Quadro 1 — Publicidade na imprensa (a)

(Em milhares de escudos)

	Sabatina (Janeiro-Setembro)	Marktest-Publitéx (Janeiro-Dezembro)
Público:		
Investimento publicitário em 1994	2 538 182	5 972 460
Variação em percentagem sobre 1993	14,5	12,1
Diários:		
Investimento publicitário em 1994	7 377 041	24 231 182
Variação em percentagem sobre 1993	9,5	9,0
Diários e semanários:		
Investimento publicitário em 1994	10 766 242	31 081 992
Variação em percentagem sobre 1993	— 0,2	5,3

Fonte. — Sabatina e Marktest-Publitéx.

(a) Deverá ter-se em conta que os conceitos subjacentes à publicidade avaliada por cada uma das empresas independentes citadas são diferentes: enquanto que a Sabatina apenas mede a publicidade valorizada, a Marktest quantifica todas as inserções publicitárias.

A evolução efectivamente verificada no *Público* entre 1993 e 1994 foi de +6,3%, em valores nominais.

No que respeita às audiências, as informações fornecidas pela Marktest-Bareme permitem compilar as indicações apresentadas no quadro 2, relativas às trajectórias verificadas desde 1992.

Quadro 2 — Audiência média dos diários e semanários

(Em percentagem)

	1992	Janeiro-Setembro de 1994	Variação Janeiro-Setembro 1994-1992
<i>Público</i>	5,9	7,0	+ 18,6
<i>Diário de Notícias</i>	3,1	3,7	+ 19,4
<i>Correio da Manhã</i>	7,1	7,9	+ 11,3
<i>Jornal de notícias</i>	6,3	6,8	+ 7,9
<i>Público Magazine</i>	4,5	7,4	+ 64,4
<i>Notícias Magazine</i>	—	8,5	—
Revista <i>Correio da Manhã</i>	7,2	7,9	+ 9,7
<i>Expresso</i>	10,5	11,0	+ 4,8
<i>O Independente</i>	4,7	5,2	+ 10,6
<i>Semanário</i>	1,7	1,5	— 11,8
<i>Expresso Revista</i>	9,7	10,5	+ 8,2
<i>Vida 3</i>	3,7	4,4	+ 18,9
<i>Olá Semanário</i>	1,5	1,3	— 13,3

Fonte. — Marktest-Bareme.

A tipologia da audiência do *Público*, revelada também pela Marktest-Bareme, é basicamente coerentes com as características verificadas em anos anteriores: os seus leitores são predominantemente homens (embora de modo menos pronunciado do que nos demais diários), concentrados em idades correspondentes à vida profissionalmente activa,

com uma distribuição regional muito equilibrada mesmo se relativamente mais forte nos centros urbanos e significativamente presente nas classes sociais A+B.

As informações disponíveis sobre o mercado da venda (incluindo assinaturas) de jornais são, em 1994, naturalmente coerentes com as indicações anteriores sobre circulação — relevando a verificação (constante do quadro 3) da respectiva quase estabilização entre 1993 e 1994, com crescimento dos diários em prejuízo dos semanários.

Quadro 3 — Vendas médias por edição dos diários e semanários

	Janeiro- -Setembro de 1993	Janeiro- -Setembro de 1994	Varição Janeiro- -Setembro 1994-1993 (porcen- tagem)
<i>Público</i>	52 325	61 445	+ 17,4
<i>Diário de Notícias</i>	37 522	35 422	— 5,6
<i>Correio da Manhã</i>	71 616	76 330	+ 6,6
<i>Jornal de Notícias</i>	68 618	71 130	+ 3,7
Diários	261 176	280 036	+ 7,2
<i>Expresso</i>	137 391	134 207	— 2,3
<i>O Independente</i>	80 808	74 901	— 7,3
Semanário	30 293	26 275	— 13,3
Semanários	248 491	235 383	— 5,4
Diários + semanários	509 668	515 419	+ 1,1

Fonte. — APCT.

A situação comparativa do *Público* é, neste contexto, muito positiva.

O ano de 1994 conheceu, por outro lado, a acentuação da agressividade das políticas de *marketing* dirigidas ao aumento das vendas.

O *Público* continuou a liderar este processo através da edição de colecionáveis nas edições de domingo: manteve, até Maio de 1994, a edição do Grande Atlas do Mundo que havia iniciado em 1993; lançou, subsequentemente, o Atlas das Estradas da Europa; e, a partir de Outubro, os espaços Naturais de Portugal.

Lançou, também em 1994, colecionáveis aos sábados: por um lado, o Mundial de Futebol; por outro, durante o Verão, os Estereogramas.

A concretização destas medidas não só contribuiu de modo muito significativo para o aumento das vendas de exemplares, como permitiu que o *Público* conquistasse uma posição de liderança da venda de exemplares na imprensa diária nas nossas edições dominicais.

2.2 — Eficácia do investimento publicitário no público

No exercício de 1994 o nosso jornal manteve a liderança do investimento publicitário na imprensa diária, mesmo tendo em conta a posição relativamente débil que detém na publicidade classificada — que tradicionalmente revela grande inércia face às escolhas dos suportes pelos anunciantes.

As informações disponíveis sobre quotas de mercado são apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 — Quotas de mercado do investimento publicitário

	(Em percentagem)		
	1993	1994	Varição 1994- -1993
Sem classificados:			
Quota de mercado nos diários:			
Marktest-Publitéx	29,9	31,7	+ 6,0
Sabatina (Janeiro-Setembro) ...	32,9	34,4	+ 4,6
Quota de mercado nos diários + semanários:			
Marktest-Publitéx	20,5	22,7	+ 10,7
Sabatina (Janeiro-Setembro) ...	20,5	23,6	+ 15,1

Sem classificados:

Quota de mercado nos diários:

Marktest-Publitéx	29,9	31,7	+ 6,0
Sabatina (Janeiro-Setembro) ...	32,9	34,4	+ 4,6

Quota de mercado nos diários +
semanários:

Marktest-Publitéx	20,5	22,7	+ 10,7
Sabatina (Janeiro-Setembro) ...	20,5	23,6	+ 15,1

(Em percentagem)

	1993	1994	Varição 1994- -1993
Com classificados:			
Quota de mercado nos diários:			
Marktest-Publitéx	24,0	24,6	+ 2,5
Quota de mercado nos diários + semanários:			
Marktest-Publitéx	18,0	19,2	+ 6,7

Fonte. — Marktest-Publitéx e Sabatina (nota: o investimento publicitário é avaliado através da medição física do espaço ocupado, valorizado pelas tabelas de publicidade.)

A posição reafirmada e reforçada no corrente exercício decorre naturalmente das características objectivas do *Público* como meio de comunicação social.

A qualidade editorial e gráfica demonstradas desde o lançamento propiciou a adesão de um número crescente de leitores, cuja tipologia corresponde:

Aos segmentos com maior poder de compra (idade activa, quadros médios e superiores, classes sociais alta, média alta e média, com concentração urbana);

Aos grupos com maior potencial de crescimento sustentado (jovens e estudantes);

A uma presença e influência muito forte nos decisores políticos, sociais e económicos;

A uma repartição territorial das vendas de exemplares regionalmente equilibrada.

Estas características predominantes da audiência do *Público* encontram naturalmente correspondência nos factores de decisão da localização do investimento publicitário na imprensa, tendo sido apoiados de forma coerente pela nossa estratégia comercial. Indicador sintético desta situação é revelado através do custo por 1000 impactos (o custo por 1000 impactos relativiza o custo padrão das inserções publicitárias, de acordo com a tabela de cada meio, com o número de leitores, avaliado através das audiências), cuja situação comparativa se apresenta no quadro 5.

Quadro 5 — Custo por 1000 impactos

	(Em escudos)		
	1992	1993	Janeiro- -Junho de 1994
<i>Público</i>	1 706	1 852	1 456
<i>Diário de Notícias</i>	3 355	3 479	2 816
<i>Correio da Manhã</i>	1 357	1 326	1 338
<i>Jornal de Notícias</i>	2 901	3 070	2 816
<i>Público Magazine</i>	1 839	1 577	1 084
<i>Notícias Magazine</i>	1 487	1 645	1 460
<i>Revista Correio da Manhã</i>	938	912	908
<i>Expresso</i>	1 784	1 892	1 747
<i>O Independente</i>	1 609	1 542	1 453
<i>Semanário</i>	3 507	4 690	3 946
<i>Expresso Revista</i>	1 357	1 387	1 302
<i>Vida 3</i>	3 020	2 762	2 489
<i>Olá Semanário</i>	4 026	5 353	4 402

Fonte. — Marktest-Bareme.

3 — Política social

Os atributos do principal produto desenvolvido pela empresa e, designadamente, a sua avaliação quotidiana pelos leitores e anunciantes, encontram-se extremamente dependentes da qualidade e do empenhamento dos nossos colaboradores — assim justificando a valorização necessária dos nossos recursos humanos e a prioridade que a direcção lhes atribui.

A evolução dos quantitativos de pessoal, por direcção e departamento, entre 1993 e 1994, é apresentada no quadro 6.

Quadro 6 — Recursos humanos (número de funcionários)

	Dezembro de 1994	Porcen- tagem	Dezembro de 1993	Porcen- tagem
Direcção-geral	6	1,7	6	1,9
Direcção editorial	221	61,4	206	65,6
Direcção comercial	36	10,0	27	8,6
Outros	97	26,9	75	23,9
<i>Total</i>	360	100,0	314	100,0

4 — Situação financeira

Devemos registar, com grande satisfação, que a sociedade atingiu o final do corrente exercício com resultados líquidos positivos.

A concretização deste objectivo, que tem naturalmente um significado particularmente relevante na análise da nossa situação financeira, corresponde à concretização de uma estratégia global adequadamente programada, cujas componentes essenciais integram a valorização permanente do produto principal da actividade da sociedade, a mobilização activa e coordenada de um conjunto diversificado de capacidade e potencialidades e a gestão prudente dos recursos disponíveis.

Assim, a situação financeira da empresa em 1994 é significativamente mais favorável do que a verificada no exercício anterior — como é apresentado, de forma sintética, no quadro 7.

Quadro 7 — Indicadores económico-financeiros

(Em milhares de escudos)			
	1994	1993	Varição Janeiro- Setembro 1994-1993
Vendas de jornal	3 060 452	2 662 308	+ 15,0
Publicidade	4 371 159	4 107 616	+ 6,4
Resultados líquidos	130 122	(86 139)	+ 251,1
Cash-flow	663 855	352 760	+ 88,2
Autonomia financeira	0,46	0,46	—

Nota. — As vendas de jornal e a publicidade correspondem a facturação bruta.

Os resultados positivos alcançados decorrem, naturalmente, da actividade desenvolvida em 1994, com particular relevo para:

O significativo crescimento do produto da venda de exemplares, em que o *Público* demonstrou um comportamento bastante mais favorável do que o do mercado, como foi referido nos comentários ao quadro 3; deverá aliás ter-se em conta que esta evolução não foi influenciada, como se demonstra no quadro 8, por aumentos no preço de capa.

Quadro 8 — Preço de capa

(Em escudos)			
	Dezembro de 1993	Dezembro de 1994	Dezembro de 1994- Dezembro de 1993
Edições de segunda-feira a sábado:			
<i>Público</i>	130	130	—
<i>Diário de Notícias</i>	110	120	10
<i>Correio da Manhã</i>	110	120	10
<i>Jornal de Notícias</i>	110	110	—
Edições de domingo:			
<i>Público</i>	200	200	—
<i>Diário de Notícias</i>	160	200	40
<i>Correio da Manhã</i>	160	200	40
<i>Jornal de Notícias</i>	160	180	20

O importante crescimento, face à evolução do mercado e tendo em particular atenção a situação específica da imprensa, das receitas de publicidade (ver comentários ao quadro 1);

A concretização de medidas de contenção de custos e de maior eficácia do funcionamento da empresa, com incidência mais significativa nos fornecimentos e serviços externos e, neste âmbito, particularmente no que respeita a deslocações e estadias, comunicações e fotografia;

Deverá ainda salientar-se, no que respeita à contenção de custos, que os investimentos realizados no exercício foram irrelevantes; o crescimento do imobilizado da sociedade decorre, fundamentalmente, de alterações no tratamento contabilístico dos bens em regime de locação financeira, existentes em 31 de Dezembro de 1993.

A dimensão atingida por estes resultados foi também parcialmente influenciada pelas consequências da deliberação da direcção de não efectuar qualquer provisão para prémios anuais.

Deverá também assinalar-se que 17 873 acções representativas do capital social da sociedade foram transaccionadas no mercado sem cotações durante o corrente exercício, ao preço médio ponderado de 1669\$63.

5 — Evolução previsível

A circunstância de, em coerência com os objectivos definidos, termos atingido resultados positivos no quinto exercício da nossa sociedade vem confirmar a adequação das componentes fundamentais da estratégia prosseguida — prioridade para a qualidade editorial, políticas comercial e de *marketing* agressivas e inovadoras e controlo rigoroso dos custos — à dinâmica do mercado no sector de actividade em que nos encontramos; esta estratégia, claramente ambiciosa, revela-se portanto ajustada à penetração e influência crescentes do *Público* na sociedade portuguesa e, consequentemente, propiciadora de um alargamento progressivo do número de leitores e de uma procura crescente do nosso jornal como veículo publicitário.

Os resultados atingidos e esta confirmação da estratégia adoptada permitem-nos manter optimismo sobre a evolução futura da empresa.

A retoma da actividade económica, mesmo se assumindo algumas inconsistências no comportamento dos vários indicadores de referência, deverá vir a reflectir-se na reanimação do mercado publicitário — onde a capacidade de atracção do *Público* é evidentemente maior do que no final do exercício anterior.

O crescimento económico e o desenvolvimento social do nosso país implicam uma dinâmica de procura mais exigente de informação — que o *Público* já demonstrou poder satisfazer de forma inequívoca no contexto nacional.

6 — Resultados

Conforme consta da demonstração dos resultados e do balanço, os resultados líquidos do exercício foram positivos no montante de 130 122 milhares de escudos.

Nos termos legais e estatutários, a direcção propõe ao conselho geral que os resultados apurados passem para resultados transitados.

7 — Acções judiciais

Mantém-se pendente de decisão judicial, como referimos no relatório relativo ao exercício anterior, o processo movido pela Lisgráfica — Impressão e Artes Gráficas, S. A.

No âmbito da actividade editorial desenvolvida foi instaurado um conjunto de processos judiciais por abuso de liberdade de imprensa.

A direcção está convicta de que os tribunais virão a dar razão aos nossos interesses na generalidade dos processos.

8 — Conclusão

Devemos, finalmente, reconhecer o apoio demonstrado de forma permanente pelos nossos accionistas, bem como a colaboração prestada pelos nossos fornecedores e instituições financeiras cujos serviços utilizámos.

E, ainda, agradecer também o entusiasmo que os nossos colaboradores revelaram na concretização diária do *Público*.

Porto, 25 de Janeiro de 1995. — A Direcção: *Nuno Gonçalves Castelo Vitorino*, presidente — *Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva*, vogal — *Jorge Salvador Sande e Castro Wemans*, vogal — *Joaquim Manuel Martins Fidalgo*, vogal — *José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 1994**ACTIVO**

(Em milhares de escudos)

	1994		1993	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	2 245 797	1 611 032	634 765	1 008 994
Despesas de investigação e desenvolvimento	21 676	15 340	6 336	9 949
Propriedade industrial e outros direitos	114	37	77	87
<i>Subtotal</i>	<u>2 267 587</u>	<u>1 626 409</u>	<u>641 178</u>	<u>1 019 030</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico	725 683	558 544	167 139	80 197
Equipamento de transporte	42 693	19 979	22 714	6 541
Ferramentas e utensílios	5 921	1 842	4 079	4 627
Equipamento administrativo	198 336	65 033	133 303	133 930
Outras imobilizações corpóreas	2 516	444	2 072	2 183
Imobilizações em curso	3 227	—	3 227	10 017
<i>Subtotal</i>	<u>978 376</u>	<u>645 842</u>	<u>332 534</u>	<u>237 495</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	801	—	801	—
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	114 322	—	114 322	81 215
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	1 648 277	—	1 648 277	1 332 700
Clientes de cobrança duvidosa	132 894	131 486	1 408	2 771
Estado e outros entes públicos	1 606	—	1 606	1 606
Outros devedores	141 980	—	141 980	21 506
<i>Subtotal</i>	<u>1 924 757</u>	<u>131 486</u>	<u>1 793 271</u>	<u>1 358 583</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	164 271		164 271	90 819
Caixa	4 783		4 783	5 240
<i>Subtotal</i>	<u>169 054</u>		<u>169 054</u>	<u>96 059</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	11 505		11 505	3 320
Custos diferidos	55 072		55 072	36 470
<i>Subtotal</i>	<u>66 577</u>		<u>66 577</u>	<u>39 790</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>2 272 251</u>		
<i>Total de provisões</i>		<u>131 486</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>5 520 673</u>	<u>2 403 737</u>	<u>3 116 936</u>	<u>2 832 174</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1994	1993
Capital próprio:		
Capital	3 664 285	3 664 285
Prémios de emissão de acções	911 550	911 550
Reservas:		
Dotações	18 620	18 620
Resultados transitados	— 3 284 285	— 3 198 146
<i>Subtotal</i>	<u>1 310 170</u>	<u>1 396 309</u>
Resultado líquido do exercício	130 122	— 86 139
<i>Total do capital próprio</i>	<u>1 440 292</u>	<u>1 310 170</u>

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	19 268	30 000
Dívidas a terceiros — médio e a longo prazos:		
Fornecedores de imobilizado, c/c	2 396	—
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	136 347	198 350
Fornecedores, c/c	729 996	609 119
Fornecedores com matérias em trânsito	30 813	—
Fornecedores — facturas com recepção e conferência	49 532	—
Fornecedores — títulos a pagar	—	26 076
Fornecedores de imobilizado, c/c	23 639	25 035
Estado e outros entes públicos	184 483	143 068
Outros credores	56 539	8 827
Subtotal	1 211 349	1 010 475
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	443 631	481 529
Total do passivo	1 676 644	1 522 004
Total do capital próprio e passivo	3 116 936	2 832 174

A Direcção: Nuno Gonçalo Castelo Vitorino, presidente — Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva, vogal — Jorge Salvador Sande e Castro Wemans, vogal — Joaquim Manuel Martins Fidalgo, vogal — José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados do exercício de 1994

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	—	—
Matérias	861 862	688 401
Fornecimentos e serviços externos	2 486 034	2 585 057
Custos com o pessoal:		
Remunerações	1 427 081	1 252 645
Encargos sociais:		
Outros	340 449	355 103
Amortizações do imobilizado	525 005	406 845
Provisões	8 727	32 054
Impostos	2 338	7 916
Outros custos e perdas operacionais	84 055	72 551
(A)	5 735 551	5 400 572
Juros e custos similares:		
Outros	38 229	76 908
(C)	5 773 780	5 477 480
Custos e perdas extraordinários	106 164	70 167
(E)	5 879 945	5 547 647
Impostos sobre o rendimento do exercício	6 159	7 233
(G)	5 886 104	5 554 880
Resultado líquido do exercício	130 122	— 86 139
Total	6 016 226	5 468 740

PROVEITOS E GANHOS

(Em milhares de escudos)

	1994	1993
Vendas:		
Mercadorias	—	—
Produtos	2 230 469	1 904 138
Prestação de serviços	3 596 692	5 827 161
Proveitos suplementares	16 605	32 123
Subsídios à exploração	2 191	25 000
Outros proveitos e ganhos operacionais	28 570	—
(B)	5 874 527	5 259 819
Rendimento de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:		
Outros	9 657	—
Outros juros e proveitos similares:		
Outros	9 220	18 877
(D)	5 893 404	5 284 485
Proveitos e ganhos extraordinários	122 822	184 255
(F)	6 016 226	5 468 740
Resumo:		
Resultados operacionais (B) — (A) =	138 976	— 140 752
Resultados financeiros (D — B) — (C — A) =	— 19 352	— 52 242
Resultados correntes (D) — (C) =	119 624	— 192 995
Resultados antes de impostos (F) — (E) =	136 281	— 78 906
Resultado líquido do exercício (F) — (G) =	130 122	— 86 139

A Direcção: Nuno Gonçalo Castelo Vitorino, presidente — Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva, vogal — Jorge Salvador Sande e Castro Wemans, vogal — Joaquim Manuel Martins Fidalgo, vogal — José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

Demonstração da origem e da aplicação de fundos do exercício de 1994

ORIGEM DOS FUNDOS

(Em milhares de escudos)

	1994
Internas:	
Resultado líquido do exercício	130 122
Amortizações	946 501
Variação de provisões	— 2 005
Movimentos financeiros a médio e a longo prazos:	
Aumentos das dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:	
Fornecedores de imobilizado, c/c	— 2 396
Diminuições de imobilizações:	
Cessão de imobilizações:	
Equipamento básico	221
Equipamento de transporte	1 505
Ferramentas e utensílios	225
	1 078 965

APLICAÇÃO DOS FUNDOS

1994

Aumentos de imobilizações:

Aquisição de imobilizações	—
Imobilizado incorpóreo:	
Despesas de instalação — aumento de capital	145
Propriedade industrial e outros direitos	10

(Em milhares de escudos)

	1994	
Imobilizado corpóreo:		
Equipamento básico	602 238	
Equipamento de transporte	35 987	
Ferramentas e utensílios	228	
Equipamento administrativo	23 802	
Imobilizações em curso	3 227	665 637
Aumentos dos fundos circulantes		413 328
		1 078 965

A Direcção: Nuno Gonçalo Castelo Vitorino, presidente — Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva, vogal — Jorge Salvador Sande e Castro Wemans, vogal — Joaquim Manuel Martins Fidalgo, vogal — José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

Demonstração das variações dos fundos circulantes do exercício de 1994

VARIAÇÃO POSITIVA

(Em milhares de escudos)

	1994
1 — Aumentos das existências:	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	33 107
2 — Aumentos das dívidas de terceiros a curto prazo:	
Clientes, c/c	315 577
Clientes de cobrança duvidosa	7 365
Outros devedores	120 474
3 — Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo:	
Dívidas a instituições de crédito	62 003
Fornecedores, títulos a pagar	26 076
Fornecedores de imobilizado, c/c	1 396
4 — Aumentos das disponibilidades:	
Depósitos bancários	73 452
Acréscimos e diferimentos:	
Acréscimos de proveitos	8 185
Acréscimos de custos	37 898
Custos diferidos	18 602
	704 135

VARIAÇÃO NEGATIVA

	1994
3 — Aumentos das dívidas a terceiros a curto prazo:	
Fornecedores, c/c	120 878
Fornecedores com matérias em trânsito	30 813
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	49 532
Estado e outros entes públicos	41 415
Outros credores	47 712
4 — Diminuições das disponibilidades:	
Caixa	457
5 — Aumento dos fundos circulantes	413 328
	704 135

A Direcção: Nuno Gonçalo Castelo Vitorino, presidente — Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva, vogal — Jorge Salvador Sande e Castro Wemans, vogal — Joaquim Manuel Martins Fidalgo, vogal — José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1994

(Valores em milhares de escudos)

0 — Relativamente aos pontos omissos na informação subsequente, nada há a declarar, estando os restantes organizados de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade.

2 — Para a análise comparativa com o exercício anterior, devem considerar-se as alterações no tratamento contabilístico dos bens em regime de locação financeira existentes em 31 de Dezembro de 1993, nos termos da directriz n.º 10 da Comissão de Normalização Contabilística.

A introdução do nono regime originou os seguintes acréscimos:

Contas	Movimento	
	Débito	Crédito
42 — Imobilizações corpóreas:		
423 — Equipamento básico	579 354	—
424 — Equipamento de transporte	28 646	—
426 — Equipamento administrativo	17 201	—
48 — Amortizações acumuladas:		
4823 — Equipamento básico	—	406 610
4824 — Equipamento de transporte	—	9 312
4826 — Equipamento administrativo ...	—	5 572
261 — Fornecedores de imobilizado:		
26119 — Contratos de locação financeira	—	175 642
79 — Proveitos e ganhos extraordinários:		
7985 — Resultado apurado	—	28 065
<i>Total</i>	625 201	625 201

Deve também considerar-se que no exercício corrente foi alterado o critério seguido em exercícios anteriores não contabilizando qualquer valor como acréscimo de custos para prémios anuais a liquidar no ano seguinte, tendo em conta o seu carácter aleatório e o facto de, nos últimos exercícios, se ter verificado que a maior parte desses acréscimos não foi utilizada. Para efeitos de análise comparativa, refira-se que o valor daquele acréscimo em 1993 foi de 70 000 contos, tendo sido movimentadas as contas 64209 — Custos com o pessoal/prémios a débito e 2736 — Acréscimos de custos/prémios a crédito.

3 — O critério de valorimetria adoptado relativamente ao consumo de papel, foi o do custo médio ponderado.

As existências e os bens imobilizados estão valorizados ao custo de aquisição. O método adoptado no cálculo das amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo foi o das quotas mínimas, anuais e constantes, previstas no decreto regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Relativamente aos bens em regime de locação financeira existentes em 31 de Dezembro de 1993, foi adoptado por excepção, o método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o período de vida útil esperado.

O imobilizado incorpóreo da empresa é constituído pelos custos de arranque e desenvolvimento do projecto *Público*, bem como pelas despesas originadas com os aumentos de capital entretanto ocorridos. A amortização é efectuada à taxa de 16,66%.

4 — As transacções em moeda estrangeira são relevadas ao câmbio do dia de cada operação. Os valores de balanço à data do fecho das contas foram actualizados à taxa de câmbio em vigor nessa data.

7 — A empresa, neste exercício, teve ao seu serviço uma média de 354 empregados.

8 — Os aumentos verificados no ano nas contas 431 — Despesas de instalação — Aumentos de capital e 433 — Propriedade industrial e outros direitos, respectivamente de 145 contos e nove contos, referem-se a despesas adicionais com o aumento de capital ocorrido em 1992 e com a obtenção do registo da marca *Público*.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	—	—	—	—	—
Estudos e projectos	2 176 306	—	—	—	2 176 306
Aumento de capital	69 346	145	—	—	69 491
Despesas de investigação e desenvolvimento	21 676	—	—	—	21 676
Propriedade industrial e outros direitos	105	9	—	—	114
<i>Total</i>	2 267 433	154	—	—	2 267 587
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	113 673	22 884	246	589 372	725 683
Equipamento de transporte	9 783	7 342	3 077	28 645	42 693
Ferramentas e utensílios	5 958	228	265	—	5 921
Equipamento administrativo	174 534	6 601	—	17 201	198 336
Outras imobilizações corpóreas	2 516	—	—	—	2 516
Imobilizações em curso	10 017	3 227	—	10 017	3 227
<i>Total</i>	316 481	40 282	3 588	625 201	978 376

Amortizações:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulari-zações	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	—	—	—	—	—
Estudos e projectos	1 208 259	362 832	—	—	1 571 091
Aumento de capital	28 381	11 560	—	—	39 941
Despesas de investigação e desenvolvimento	11 745	3 595	—	—	15 340
Propriedade industrial e outros direitos	18	19	—	—	37
<i>Total</i>	1 248 403	378 006	—	—	1 626 409

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	33 477	118 482	25	406 610	558 544
Equipamento de transporte	3 241	8 997	1 572	9 313	19 979
Ferramentas e utensílios	1 331	551	40	—	1 842
Equipamento administrativo	40 604	18 857	—	5 572	65 033
Outras imobilizações corpóreas	333	111	—	—	444
<i>Total</i>	78 986	146 998	1 637	421 495	645 842

A coluna de transferências inclui os valores mencionados na nota n.º 2 resultantes das alterações no tratamento contabilístico dos bens em regime de locação financeira existentes em 31 de Dezembro de 1993.

14 — Todo o imobilizado corpóreo da empresa se encontra em instalações arrendadas.

15 — Bens utilizados em regime de locação financeira:

	Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido contabilístico
423 — Equipamento básico	579 354	510 771	68 583
424 — Equipamento de transporte	31 316	15 303	16 013
426 — Equipamento administrativo	17 201	8 439	8 762
<i>Total</i>	627 871	534 513	93 358

16 — As contas da empresa são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Investimentos — SGPS, S. A., com sede social no lugar do Espido, Maia.

22 — Valores globais das existências que se encontram fora da empresa:

Matérias-primas, subsidiárias e consumo:

Papel para a produção do jornal em trânsito	32 986
Papel para a produção do jornal à guarda de terceiros	81 336

23 — São as seguintes as dívidas de cobrança duvidosa e as respectivas provisões:

Rubrica	Valor da dívida	Valor da provisão
Cientes de cobrança duvidosa	132 894	131 486

25 — Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa:

Dívidas activas (contas 26203, 26204, 26207 e 26209)	24 901
Dívidas passivas (conta 26209)	4 130

31 — O valor das rendas vincendas em 31 de Dezembro de 1994 dos contratos de alugueres de longa duração é de 36 738 contos.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

Beneficiário	Data	Valor	Natureza
Naveprinter — Indústria Gráfica do Norte, S. A.	30-11-1992	30 000	Pagamentos referentes a prestações de serviço.
Governo Civil de Lisboa	25-6-1993	4800	Concurso público.

34 — Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
28 — Provisões para cobranças duvidosas	122 758	8 728	—	131 486
29 — Provisões para riscos e encargos	30 000	—	10 732	19 268
<i>Total</i>	152 758	8 728	10 732	150 754

36 — O capital da empresa está dividido em 3 664 285 acções nominativas e ordinárias com um valor nominal de 1000\$ cada.

37 — A principal participação (superior a 20%) no capital subscrito da Público — Comunicação Social, S. A., é da Interlog — SGPS, S. A., com 40,46%.

40 — Movimentos ocorridos no exercício nas seguintes rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	3 664 285	—	—	3 664 285
54 — Prémios emissão acções	911 550	—	—	911 550
57 — Reservas	18 620	—	—	18 620
59 — Resultados transitados	3 198 146	86 139	—	3 284 285

41 — Demonstração do custo das matérias consumidas:

Existências iniciais	81 215
Compras	888 710
Regularizações existências	6 259
Existências finais	114 322
Custos no exercício	861 862

43 — As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram:

Corpos gerentes (direcção)	49 143
------------------------------------	--------

44 — Vendas e prestações de serviços totalmente efectuadas no mercado interno:

Vendas de jornal	2 230 469
Prestações de serviços (publicidade e outros)	3 596 692

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
681 — Juros suportados	23 325	21 575
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 948	12 002
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	7 792	32 345
688 — Outros custos e perdas financeiros	5 164	10 985
Resultados financeiros	19 352	52 242
<i>Total</i>	18 877	24 665

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
781 — Juros obtidos	17 951	10 224
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	826	14 090
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	23	75
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	77	276
<i>Total</i>	18 877	24 665

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1994	1993
691 — Donativos	—	1 865
692 — Dividas incobráveis	25	—
694 — Perdas em imobilizações	—	43
695 — Multas e penalidades	84	386
697 — Correções relativas exercidos anteriores	106 015	67 871
698 — Outros custos e perdas extraordinários	40	1
Resultados extraordinários	16 658	114 088
<i>Total</i>	122 822	184 254

PROVEITOS E GANHOS

	1994	1993
794 — Ganhos em imobilizações	4 609	5 300
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	156

	1994	1993
796 — Redução de amortizações e provisões	10 732	—
797 — Correções relativas exercidos anteriores	75 256	176 255
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	32 225	2 543
<i>Total</i>	122 822	184 254

Porto, 25 de Janeiro de 1995. — A Direcção: *Nuno Gonçalo Castelo Vitorino*, presidente — *Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva*, vogal — *Jorge Salvador Sande e Castro Wemans*, vogal — *Joaquim Manuel Martins Fidalgo*, vogal — *José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

Examinámos as demonstrações financeiras da Público — Comunicação Social, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1994, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e demonstração dos resultados.

Estas demonstrações financeiras evidenciam um total de balanço de 3 116 936 contos e um total de capital próprio de 1 440 292 contos incluindo um resultado líquido de 130 122 contos.

Responsabilidades:

É da responsabilidade da direcção, a elaboração de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados. É também responsabilidade da direcção da empresa a implementação e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito:

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

O referido exame inclui (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iii) a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Opinião:

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Público — Comunicação Social, S. A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites aplicando os critérios e políticas descritos nas notas respectivas.

Ênfases:

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

As contas foram preparadas com base no princípio da continuidade de operações, o que pressupõe a rentabilidade futura decorrente da exploração da actividade, conforme explicitado no relatório da direcção;

Conforme referido no relatório da direcção a sociedade encontra-se envolvida em diversos processos fiscais e judiciais. Não existe informação que permita avaliar os riscos associados aos processos referidos e consequentemente o seu possível efeito nas demonstrações financeiras do presente exercício;

Alterações de políticas contabilísticas, descritas na nota n.º 2 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, derivadas da entrada em

vigor da nota explicativa da conta n.º 42 do Plano Oficial de Contabilidade;

Conforme referido na mesma nota, a empresa não contabilizou qualquer valor como acréscimo de custos para prémios anuais a liquidar no ano seguinte, pelo facto de nos últimos exercícios esses encargos não terem na maior parte existido.

Porto, 30 de Janeiro de 1995. — Boto, Amorim & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Luís dos Santos Lima Amorim*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 12 da assembleia geral

Aos 30 dias de Março de 1995, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu na sede social sita na Rua Nossa Senhora de Fátima, 177, 1.º, no Porto, a assembleia geral do Público — Comunicação Social, S. A. Na ausência da presidente da mesa da assembleia geral, Dr.ª Luzia Gomes Ferreira, assumiu a presidência da mesa a vice-presidente, Dr.ª Anabela Nogueira de Matos, tendo como secretário o Dr. Francisco Manuel Rubio Pepino. Encontravam-se presentes, por si ou por representante, os accionistas que assinaram a lista de presenças elaborada em conformidade com o disposto no artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, que eram possuidores de mais de 50% do capital da sociedade. Além dos referidos accionistas encontrava-se presente o presidente do conselho geral, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa, o conselheiro Dr. Hernâni Olímpio Carqueja, o presidente da direcção Dr. Nuno Gonçalo Castelo Vitorino, bem como os directores, Dr. Jorge Salvador de Sande e Castro Wemans e Dr. Joaquim Manuel Martins Fidalgo e o revisor oficial de contas efectivo Dr. José Luís dos Santos Amorim, tendo os restantes membros do conselho geral bem como da direcção justificado a sua falta por impedimento profissional.

A assembleia foi convocada nos termos legais, encontrando-se cumpridas, em consequência, as disposições pertinentes em matéria de publicação. A referida convocatória conjuntamente com a lista de presenças, cartas de comunicação de presença na assembleia, cartas de representação, propostas apresentadas, por escrito no prazo legal, no caso das apresentadas pela direcção, e na assembleia nos restantes casos, depois de rubricadas pelo presidente da mesa da assembleia ficam arquivadas no expediente desta assembleia. Ficam também a constar do referido expediente o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas da direcção, assim como o relatório do conselho geral e certificação legal das contas.

A presidente da mesa após conferir todo o expediente da assembleia, declarou encontrar-se a assembleia regularmente convocada e constituída para deliberar sobre os assuntos que integram a ordem do dia e, consequentemente, declarou aberta a sessão.

De imediato deu por aberto o ponto 1.º da ordem de trabalhos relativo à apresentação do relatório do conselho geral, tendo sido posto à disposição dos senhores accionistas o referido relatório de actividade.

Como nenhum accionista quisesse usar da palavra, a senhora presidente da mesa da assembleia geral deu por encerrado o ponto número um, passando de seguida ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, e leu a seguinte proposta apresentada pela direcção:

Proposta

Conforme consta da demonstração dos resultados e do balanço, os resultados líquidos do exercício foram positivos no montante de 130 122 307\$70. Nos termos legais e estatutários, a direcção propõe que os resultados apurados passem para resultados transitados.

Admitida a proposta, como nenhum accionista quisesse usar da palavra, foi a proposta posta em votação e aprovada por unanimidade.

Iniciado o ponto 3.º da ordem de trabalhos, a presidente da mesa da assembleia geral leu a proposta apresentada pelo representante da accionista Interlog — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.:

Proposta

Propõe-se que se delibere conferir um voto de louvor e de confiança aos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

Admitida a proposta, como ninguém quisesse usar da palavra e posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Proclamado o resultado da votação, foi encerrado o ponto 3.º e aberto o ponto 4.º, tendo a presidente da mesa lido a seguinte proposta apresentada pelo representante da accionista Interlog — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

Propõe-se que:

A) Sejam eleitos para o biénio 1995-1996, para revisor oficial de contas efectivo e revisor oficial de contas suplente da sociedade:

Boto, Amorim & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Luís dos Santos Lima Amorim, revisor oficial de contas efectivo;

Boto, Amorim & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Hermínio António Paulos Afonso, revisor oficial de contas suplente.

B) Atendendo a que o representante da sociedade Promotora de Informaciones, S. A., no conselho geral, D. Juan Luis Cebrian, renunciou ao cargo que desempenhava, seja designado para o conselho geral da sociedade D. Miguel Satrustegui Gil-Delgado, em representação daquela sociedade.

Como nenhum accionista quisesse usar da palavra, a presidente da mesa pôs a proposta em votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Proclamado o resultado da votação, como nenhum outro assunto houvesse a tratar foi encerrada a sessão, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelos membros da mesa em sinal de conformidade.

(Sem assinaturas.)

3000218213

IBERSOL — SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 51 117; identificação de pessoa colectiva n.º 501669477; números e data das apresentações: 3660 e 3661/31 de Agosto de 2004.

Certifico que foram apresentados os documentos de prestação de contas do ano de 2003, individuais e consolidadas, referentes à sociedade em epígrafe.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção), 30 de Dezembro de 2004. — A Ajudante, (Assinatura ilegível.)

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Em conformidade com o disposto nos estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação dos accionistas da Ibersol — SGPS, S. A., sociedade aberta, com o capital subscrito e totalmente realizado de 20 000 000 de euros, com sede no Porto e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 51 117, o relatório de gestão, o balanço e as demonstrações dos resultados consolidados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo às contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

A envolvente económica

As estimativas publicadas por diferentes entidades apontam para que o produto interno bruto (PIB) português, a preços constantes,

tenha apresentado, em 2003, uma redução de cerca de 1,5%, o que corresponde a uma substancial; desaceleração da actividade económica em relação ao ano de 2002, em que o PIB cresceu 0,4%. A contracção económica afectou de uma forma generalizada todos os sectores de actividade, podendo afirmar-se que o comportamento da economia se caracterizou por uma recessão mais acentuada e prolongada do que se havia previsto.

Nas restantes economias da zona do euro — destino de cerca de dois terços do comércio externo português — o crescimento no 4.º trimestre de 2003 poderá ter-se aproximado já da taxa de crescimento potencial, indiciando a retoma A da economia europeia.

Ao nível mundial, o ano de 2003 evidenciou alguns sinais de recuperação, especialmente sentidos nos Estados Unidos da América.

Apesar dos sintomas de melhoria gradual do contexto internacional, a procura externa não conseguiu assumir o papel de motor do crescimento da economia portuguesa, pelo que a crise se alargou e a taxa de desemprego atingiu o seu nível mais elevado desde 1997.

Como consequência, o consumo privado diminuiu cerca de 0,75%, acompanhando a queda do rendimento disponível das famílias, cujo elevado nível de endividamento obriga a reduções no consumo e investimento.

O investimento das empresas foi negativo, o que também contribuiu para a redução de cerca de 3% na procura interna, mitigada pelo aumento de 2,75% nas exportações.

A taxa de inflação, medida pela variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), fixou-se em 3,3%, quase no limite superior do intervalo de projecção estimado. Apenas há alguns meses atrás esperava-se uma descida da inflação, em face da contenção salarial, do excesso de oferta e do efeito benéfico, no preço de alguns produtos importados, da valorização do euro face ao dólar. No entanto tal não ocorreu, fundamentalmente porquanto se verificaram: (i) níveis de preços do petróleo mais altos do que os anteriormente assumidos; (ii) aumentos anormais dos preços de alguns bens alimentares na sequência das condições climáticas adversas verificadas no verão passado, (iii) resistências inesperadas à desaceleração dos preços de alguns serviços.

As taxas de juro nominais do mercado monetário baixaram, em Junho de 2003, para os níveis que se verificavam há 50 anos.

Para 2004, as perspectivas avançadas pelo Banco de Portugal apontam para uma recuperação moderada da actividade económica. O processo de ajustamento iniciado em 2000 deverá continuar a condicionar o crescimento no horizonte do exercício, prevendo-se um aumento da taxa de desemprego, com efeitos moderadores sobre o crescimento nominal dos salários.

O desequilíbrio nas contas públicas, exigindo uma redução real nas despesas, traduz-se em variações negativas do consumo e do investimento públicos. Por outro lado, os actuais níveis de endividamento dos particulares e das empresas deverão continuar a constituir um factor limitativo do crescimento da procura interna privada. Deste modo, a projecção para 2004 aponta para um crescimento do PIB que se deverá situar no intervalo entre 0% e 1,5%.

No que respeita à evolução da inflação, projecta-se uma desaceleração da taxa de crescimento dos preços, estimando-se a variação média anual do IHPC se situe entre 2% e 3%. O perfil descendente da inflação ao longo de 2004 poderá ser temporariamente interrompido a partir de Maio, devido à possível subida dos preços de alguns serviços que possam ser afectados pelos efeitos da realização do Campeonato da Europa de Futebol.

As projecções do Eurosistema apontam para uma aceleração da actividade económica na área do euro, devendo o PIB crescer a uma taxa que se deverá fixar entre 1,1% e 2,1%.

Este enquadramento externo poderá propiciar uma aceleração da procura externa relevante para a economia portuguesa, de 2,5% para cerca de 5% em 2004, que estará subjacente ao papel predominante desempenhado pelas exportações na projectada recuperação da actividade económica portuguesa.

A projecção de crescimento económico para 2004 estará todavia condicionada pela inexistência de novos focos de insegurança e pela melhoria dos índices de confiança dos agentes económicos — cuja evolução não é ainda segura — o que é de algum modo confirmado pela resistência dos bancos centrais em aumentar as taxas de juro. Consequentemente é previsível que a confirmar-se uma retoma sustentada o respectivo horizonte não deverá verificar-se antes da parte final do 2.º semestre do exercício, no que a Portugal concerne.

O portfólio

A Ibersol — SGPS, S. A., no termo do exercício, detinha um conjunto de participações em sociedades que se dedicam fundamentalmen-